



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Parcerias em Investimento
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 02/2026
Concessão de Obra no Complexo Turístico Ferroviário da Estrada de Ferro Campos do Jordão – EFCJ

ANEXO XIII - GLOSSÁRIO

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Parcerias em Investimento
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 02/2026

Concessão de Obra no Complexo Turístico Ferroviário da Estrada de Ferro Campos do Jordão – EFCJ

- 1.1. Para os fins do CONTRATO e de seus ANEXOS, salvo em caso de disposição expressa em sentido contrário, os termos, frases e expressões listados abaixo, quando utilizados no CONTRATO e em seus ANEXOS e redigidos em caixa alta ou com letras iniciais maiúsculas, deverão ser compreendidos e interpretados de acordo com os seguintes significados, podendo ser utilizados tanto no plural quanto no singular, sem qualquer alteração de sentido:

ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas.
ACORDO TRIPARTITE	Acordo firmado entre o agente fiduciário representando os FINANCIADORES, o PODER CONCEDENTE, a AGÊNCIA REGULADORA e a CONCESSIONÁRIA, que disciplina a relação entre as quatro partes visando à plena execução do CONTRATO, bem como à preservação dos interesses dos FINANCIADORES.
ADJUDICAÇÃO	Ato do PODER CONCEDENTE que adjudica o objeto da LICITAÇÃO à LICITANTE VENCEDORA.
ADJUDICATÁRIA	LICITANTE VENCEDORA à qual foi adjudicado o objeto da LICITAÇÃO, nos termos da legislação aplicável e do EDITAL.
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	Órgãos ou entidades da ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA direta e indireta federal, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios.
AGÊNCIA REGULADORA	A Agência Reguladora de Serviços Públicos do Estado de São Paulo, que exercerá papel de fiscalização da CONCESSÃO, assim como desempenhará outras obrigações contratuais, observadas as disposições do CONTRATO e de seus ANEXOS.
ANA	Agência Nacional de Águas.
ANEXOS	Conjunto de documentos, parte integrante do EDITAL e do CONTRATO, incluindo os apêndices de cada respectivo ANEXO, conforme rol constante do Item “F” do EDITAL e da Cláusula 74 do CONTRATO.
ANO DA CONCESSÃO	Período de 12 (doze) meses, contado a partir da DATA DE EFICÁCIA, e assim sucessivamente.
APOIO TÉCNICO	Empresa ou consórcio de empresas a ser contratada(o) pela CONCESSIONÁRIA para atuar na CONCESSÃO como agente técnico e tecnológico para apoio às ações de monitoramento e fiscalização da AGÊNCIA REGULADORA, nos termos do CONTRATO e de seu ANEXO X.
APROVAÇÃO	Ato declaratório do AUDITOR INDEPENDENTE, fundamentado em relatórios e laudos técnicos de aferição, que atesta o cumprimento de todas as etapas, especificações técnicas e

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Parcerias em Investimento
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 02/2026

Concessão de Obra no Complexo Turístico Ferroviário da Estrada de Ferro Campos do Jordão – EFCJ

	requisitos estipulados no CONTRATO e em seus ANEXOS, bem como das normas nacionais e internacionais, técnicas e métodos aplicáveis, cuja forma e prática de atuação estão previstas no CONTRATO e em seu ANEXO X.
ÁREA DA CONCESSÃO	Área sobre a qual serão prestadas as atividades objeto do CONTRATO, cujos contornos e limitação territorial encontram-se descritos no ANEXO I do CONTRATO.
AUDIÊNCIA PÚBLICA	Etapa inicial da LICITAÇÃO, nos termos do artigo 29 da Lei Estadual nº 10.177/1998 e do artigo 21 da LEI DE LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS, para tornar público o modelo da CONCESSÃO, esclarecer dúvidas e colher contribuições para o EDITAL, o CONTRATO e seus ANEXOS.
AUDITOR INDEPENDENTE	Empresa ou consórcio de empresas a ser contratada(o) pela CONCESSIONÁRIA, que, sem prejuízo das competências fiscalizatórias e decisórias do AGÊNCIA REGULADORA, deve atuar como agente técnico e tecnológico responsável por atividades de acompanhamento, controle, conferência, validação e APROVAÇÃO, conforme previsto no CONTRATO e em seu ANEXO X.
AVCB	Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros, documento emitido pelo Corpo de Bombeiros da Polícia Militar do Estado de São Paulo (CBPMESP), certificando que, durante a vistoria, a edificação possuía as condições de segurança contra incêndio.
B3	B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, situada no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua XV de Novembro, nº 275, responsável pela prestação de serviços especializados de assessoria técnica e apoio operacional relativos aos procedimentos necessários à realização da LICITAÇÃO.
BANCO DEPOSITÁRIO	INSTITUIÇÃO FINANCEIRA revestida de poderes para prestar os serviços de custódia e movimentação de recursos, bem como de administração da CONTA CENTRALIZADORA e da CONTA DOS RECURSOS DA RECOMPOSIÇÃO, nos termos do CONTRATO e de seus ANEXOS XI., XI.B e XI.C, a ser selecionada, contratada e remunerada pela CONCESSIONÁRIA.
BENS INTEGRANTES ou BENS INTEGRANTES DA CONCESSÃO	Todo e qualquer bem afeto ou associado à exploração da ÁREA DA CONCESSÃO ou à prestação dos SERVIÇOS, cuja posse, guarda, manutenção, conservação e vigilância são de responsabilidade da CONCESSIONÁRIA, incluindo bens caracterizados ou não como BENS REVERSÍVEIS.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Parcerias em Investimento
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 02/2026

Concessão de Obra no Complexo Turístico Ferroviário da Estrada de Ferro Campos do Jordão – EFCJ

BENS REVERSÍVEIS	Bens que, conforme disposto no CONTRATO, serão revertidos ao PODER CONCEDENTE por ocasião do término da CONCESSÃO, incluindo, mas sem se limitar, área territorial, construções, equipamentos e outros bens afetados à CONCESSÃO, materiais, software, instalações, acessórios e todo aquele bem móvel ou imóvel, incorporado ou não, que seja utilizado na prestação dos SERVIÇOS ou na exploração da ÁREA DA CONCESSÃO, observada a previsão da Cláusula 12.3 do CONTRATO.
CADE	Conselho Administrativo de Defesa Econômica, ou a entidade que venha a substituí-lo.
CADIN ESTADUAL	Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais, instituído pela Lei nº 12.799/2008, e regulamentado pelo Decreto nº 53.455/2008, no qual se registra o nome das pessoas físicas e jurídicas que possuem pendências com os órgãos e entidades da Administração Pública do ESTADO.
CADMADEIRA	Cadastro Estadual das Pessoas Jurídicas que comercializam, no ESTADO, produtos e subprodutos de origem nativa da flora brasileira, criado pelo Decreto nº 53.047/2008.
CDPED	Conselho Diretor do Programa de Desestatização.
CGPPP	Conselho Gestor do Programa Estadual de Parcerias Público-Privadas.
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO	Comissão responsável pelo recebimento, exame e julgamento de todos os documentos licitatórios, e por conduzir os procedimentos relativos à LICITAÇÃO.
COMISSÃO TÉCNICA	Comissão constituída pelas PARTES <i>ad hoc</i> , sob a natureza de <i>dispute board</i> , para solucionar divergências de natureza técnica relativas ao CONTRATO, nos termos da Cláusula 70 do CONTRATO.
COMISSÃO DE DEVOLUÇÃO	Comissão, a ser instituída nos termos do CONTRATO, que visa acompanhar a devolução ou transferências dos BENS REVERSÍVEIS.
COMUNICAÇÃO ANUAL	Comunicação oficial feita anualmente pela AGÊNCIA REGULADORA ao BANCO DEPOSITÁRIO informando o percentual a ser transferido da CONTA CENTRALIZADORA a título de OUTORGA VARIÁVEL no ano subsequente, nos termos da Cláusula 20.1.2, “i”, “d”, do CONTRATO.
CONCESSÃO	Relação jurídica formada pela delegação das atividades objeto do CONTRATO, pelo PODER CONCEDENTE, por intermédio da SPI, à CONCESSIONÁRIA, para que as exerça em seu próprio nome e

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Parcerias em Investimento
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 02/2026

Concessão de Obra no Complexo Turístico Ferroviário da Estrada de Ferro Campos do Jordão – EFCJ

	por sua conta e risco, nos termos, prazos e condições estabelecidas no CONTRATO e nos seus ANEXOS.
CONCESSIONÁRIA	SOCIEDADE DE PROPÓSITO ESPECÍFICO, na forma de sociedade anônima, constituída pela ADJUDICATÁRIA, de acordo com as leis da República Federativa do Brasil, com a finalidade exclusiva de executar o objeto do CONTRATO.
CONDIÇÕES DE EFICÁCIA	Condições necessárias à eficácia do CONTRATO, previstas na Cláusula 5.2 do CONTRATO.
CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO	Documentos e respectivas condições observados e apresentados pelos participantes da LICITAÇÃO, relativos à HABILITAÇÃO JURÍDICA, REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA, QUALIFICAÇÃO TÉCNICA e QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA, na forma do EDITAL.
CONSÓRCIO	Associação de sociedades, fundos ou entidades com o objetivo de participar da LICITAÇÃO, que deverá, e, em sendo vencedora do certame, constituir-se em SOCIEDADE DE PROPÓSITO ESPECÍFICO, segundo as leis brasileiras.
CONSULTA PÚBLICA	A Consulta Pública nº 06/2025, etapa da LICITAÇÃO realizada para divulgação da minuta do EDITAL, do CONTRATO e dos demais ANEXOS, bem como para o recebimento de sugestões dos interessados.
CONTA DOS RECURSOS DA RECOMPOSIÇÃO	Conta corrente de titularidade do PODER CONCEDENTE, com movimentação restrita, disciplinada nos ANEXO XI e XI.C do CONTRATO.
CONTA CENTRALIZADORA	Conta corrente de titularidade do PODER CONCEDENTE, com movimentação restrita, disciplinada no ANEXO XI e XI.B do CONTRATO.
CONTRATO	O instrumento contratual que figura como minuta no ANEXO III do EDITAL, que tem por objeto a CONCESSÃO para exploração da ÁREA DA CONCESSÃO e prestação dos SERVIÇOS.
CONTRATOS DE SERVIÇOS ESSENCIAIS	Contratos atualmente vigentes, celebrados pela EFCJ, que poderão ser objeto de sub-rogação por parte da CONCESSIONÁRIA, na forma do ANEXO III do CONTRATO.
CONTROLADOR(ES)	Pessoa, natural ou jurídica, ou grupo de pessoas vinculadas por acordo de voto ou sob controle comum, que exercem o CONTROLE da CONCESSIONÁRIA, direta ou indiretamente, isolada ou conjuntamente.
CONTROLADORA DE DADOS PESSOAIS	Pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, a quem competem as decisões referentes ao TRATAMENTO DE DADOS

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Parcerias em Investimento
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 02/2026

Concessão de Obra no Complexo Turístico Ferroviário da Estrada de Ferro Campos do Jordão – EFCJ

		PESSOAS, na forma da Lei Federal nº 13.709/2018 e da legislação estadual de regência.
CONTROLE		Observados os termos do art. 116 da Lei Federal nº 6.404/76, significa a titularidade de direitos de: (a) deter a maioria dos votos nas deliberações sociais e o poder de eleger a maioria dos administradores ou gestores de outra pessoa, fundo de investimento ou entidade de previdência complementar, conforme o caso; e (b) usar efetivamente seu poder para dirigir as atividades sociais e orientar o funcionamento ou gestores de outra pessoa, fundo de investimento ou entidade de previdência complementar.
CREDENCIAMENTO		Procedimento realizado para representação das LICITANTES na SESSÃO PÚBLICA e em todos os demais atos da LICITAÇÃO, incluindo a assinatura dos documentos e declarações exigidas no EDITAL.
CRONOGRAMA DE IMPLANTAÇÃO	DE	Documento a ser elaborado pela CONCESSIONÁRIA, contendo: (i) todos os EMPREENDIMENTOS e os respectivos PACOTES DE INVESTIMENTOS, observado o disposto nos ANEXOS II.B, II.C, IV e XI.A; (ii) prazos para a execução de todas as atividades necessárias para execução dos EMPREENDIMENTOS e dos respectivos PACOTES DE INVESTIMENTOS, observado o encadeamento da execução das obras, em relação às interdependências com atividades futuras do CONTRATO; e (iii) datas previstas de início e término de cada atividade, a permitir a verificação e certificação do cumprimento das obrigações, respeitando o limite previstos nos ANEXOS II.B, II.C e XI.A.
CRONOGRAMA DE INTEGRALIZAÇÃO DO CAPITAL SOCIAL	DE DO	Cronograma previsto na Cláusula 38.3.2 do CONTRATO.
CRONOGRAMA FÍSICO-EXECUTIVO		Documento a ser elaborado pela CONCESSIONÁRIA de forma individual para cada EMPREENDIMENTO e seus respectivos PACOTES DE INVESTIMENTOS, nos termos do CONTRATO e dos seus ANEXOS, em especial os ANEXOS II.B, II.C, IV e XI.A.
CPP		Companhia Paulista de Parcerias.
CVM		Comissão de Valores Mobiliários, criada pela Lei Federal nº 6.385/1976.
DADO PESSOAL		Informação relacionada a pessoa natural identificada ou identificável.
SPÁGUAS		Agência de Águas do Estado de São Paulo

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Parcerias em Investimento
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 02/2026

Concessão de Obra no Complexo Turístico Ferroviário da Estrada de Ferro Campos do Jordão – EFCJ

DATA BASE	Considera-se 1º de julho de 2025 como data-base para os valores expressos no EDITAL, no CONTRATO e em seus ANEXOS.
DATA DE ASSINATURA	Data de assinatura do CONTRATO, isto é, [•].
DATA DE EFICÁCIA	Data de início da contagem do PRAZO DA CONCESSÃO.
DATA DE ENTREGA DOS ENVELOPES	Data definida no EDITAL para submissão dos ENVELOPES na SESSÃO PÚBLICA DE ENTREGA DOS ENVELOPES ou por intermédio da PLATAFORMA DE LEILÕES DA B3.
DATA ROOM	Endereço eletrônico, no sítio https://www.parceriaseminvestimentos.sp.gov.br , em que os interessados poderão obter o EDITAL e seus ANEXOS, bem como outras informações a respeito da LICITAÇÃO.
DECLARAÇÃO DE CONCLUSÃO DE EMPREENDIMENTO	Declaração a ser emitida pela AGÊNCIA REGULADORA atestando a conclusão de cada EMPREENDIMENTO pela CONCESSIONÁRIA.
DECLARAÇÃO DE UTILIDADE PÚBLICA ou DUP	Ato do PODER CONCEDENTE declarando a utilidade pública das áreas necessárias para a implantação de EMPREENDIMENTOS objeto da CONCESSÃO, para fins de desapropriação e/ou servidão administrativa.
DIRETOR DA SESSÃO	Representante da B3 que conduzirá a SESSÃO PÚBLICA de abertura e julgamento das PROPOSTAS DE PREÇO, em nome da COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO, segundo os ditames do EDITAL.
DIRETRIZES DE CONVIVÊNCIA	Documento que estabelece as regras de convivência a serem respeitadas pela CONCESSIONÁRIA e por outros prestadores de serviços, públicos ou privados, cuja atuação tenha interface com a prestação dos SERVIÇOS ou com a ÁREA DA CONCESSÃO, conforme estabelecido no ANEXO V.
DOCUMENTOS DE CREDENCIAMENTO	Documentos que deverão ser apresentados pela LICITANTE no ENVELOPE de CREDENCIAMENTO, nos termos do item 11 do EDITAL.
DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO	Documentos exigidos da LICITANTE durante a LICITAÇÃO, relativos à HABILITAÇÃO JURÍDICA, REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA, QUALIFICAÇÃO TÉCNICA e QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA, conforme definido no EDITAL.
DOE/SP	Diário Oficial do Estado de São Paulo.
EDITAL DE LICITAÇÃO ou EDITAL	O Edital de CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL e todos os seus ANEXOS.
EFCJ	A Estrada de Ferro Campos do Jordão, órgão governamental que integra a estrutura da STM, ou a entidade da Administração Pública do ESTADO que eventualmente a substitua.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Parcerias em Investimento
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 02/2026

Concessão de Obra no Complexo Turístico Ferroviário da Estrada de Ferro Campos do Jordão – EFCJ

EMPREENDIMENTOS	Ações de investimento sob a responsabilidade da CONCESSIONÁRIA, compreendendo obras civis (construção, reconstrução, ampliação, reforma e realocação), implantação de sistemas e de infraestrutura, aquisição de MATERIAL RODANTE e de equipamentos, relacionados nos ANEXOS II.B e II.C, com o objetivo de promover a implantação, requalificação, ampliação, adequação e modernização da infraestrutura da ÁREA DA CONCESSÃO e dos SERVIÇOS.
ENVELOPE	Envelopes contendo os DOCUMENTOS DE CREDENCIAMENTO, a GARANTIA DA PROPOSTA, a PROPOSTA DE PREÇO e os DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO, a depender do caso, nos termos do EDITAL.
ESTADO	Estado de São Paulo, unidade territorial e administrativa da República Federativa do Brasil.
ESTUDOS DE VIABILIDADE	Estudos de viabilidade técnica, econômico-financeira e ambiental da CONCESSÃO, elaborados pelo PODER CONCEDENTE.
EVENTO SEGURÁVEL	Evento objeto de cobertura de seguro oferecido no Brasil, à época de sua ocorrência, há pelo menos 2 (dois) anos e por pelo menos 2 (duas) seguradoras.
EVENTO DE DESEQUILÍBRIO	Evento, ato ou fato que desencadeia o desequilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO e que enseja a recomposição de seu equilíbrio econômico-financeiro, correspondente ao impacto econômico-financeiro efetivamente suportado pela CONCESSIONÁRIA ou pelo PODER CONCEDENTE.
FASE DE OPERAÇÃO COMERCIAL	Período da CONCESSÃO no qual a CONCESSIONÁRIA poderá iniciar, após a avaliação pelo AUDITOR INDEPENDENTE e a aprovação da AGÊNCIA REGULADORA, a OPERAÇÃO COMERCIAL dos SERVIÇOS DE PASSEIO TURÍSTICO, nos termos do seu PLANO DE IMPLANTAÇÃO E OPERAÇÃO, conforme detalhado na Cláusula 10 do CONTRATO e na Parte II do ANEXO III.
FASE PRÉ-OPERACIONAL	Período preparatório da CONCESSÃO, que terá como objetivos: (i) transferir à CONCESSIONÁRIA os bens integrantes da INFRAESTRUTURA EXISTENTE, bem como a documentação técnica pertinente à CONCESSÃO, de propriedade do PODER CONCEDENTE e/ou da EFCJ; e (ii) implementar os treinamentos e a transferência de conhecimento aos MULTIPLICADORES DA CONCESSIONÁRIA, nos termos do CONTRATO e do ANEXO III.
FATO DO PRÍNCIPE	Medida superveniente e imprevista, tomada pela

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Parcerias em Investimento
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 02/2026

Concessão de Obra no Complexo Turístico Ferroviário da Estrada de Ferro Campos do Jordão – EFCJ

	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, e que não possua relação direta com o CONTRATO, mas que, produzindo efeitos sobre este, comprovadamente modifica as condições de execução contratual, impactando o equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO.
FERROVIA	Trecho ferroviário integrante do Complexo Turístico da EFCJ, descrito no ANEXO I do CONTRATO, que integra o objeto da CONCESSÃO.
FGV	Fundação Getúlio Vargas.
FINANCIADORES	Bancos comerciais, bancos de desenvolvimento, agências multilaterais, agências de crédito à exportação, agentes fiduciários, administradores de fundos ou outras entidades que concedam financiamento à CONCESSIONÁRIA ou representem as partes credoras neste financiamento.
FINANCIAMENTO DE LONGO PRAZO	A operação contratada pela CONCESSIONÁRIA, como devedora, para obter recursos de terceiros para a execução de suas obrigações contratuais, cujas obrigações de pagamento do montante principal da dívida tenham prazo médio de vencimento superior a 5 (cinco) anos.
FLUXO DE CAIXA MARGINAL	Metodologia eleita pela Cláusula 29.3.2 do CONTRATO para recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO quando da ocorrência de determinados tipos de EVENTOS DE DESEQUILÍBRIO.
GARANTIA DA PROPOSTA	Garantia de cumprimento da proposta a ser apresentada pelas LICITANTES, nos termos do EDITAL.
GARANTIA DE EXECUÇÃO ou GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO	Garantia do fiel cumprimento das obrigações da CONCESSIONÁRIA previstas no CONTRATO, a ser prestada e mantida pela CONCESSIONÁRIA, em favor do PODER CONCEDENTE, nos montantes e nos termos definidos na Cláusula 52 do CONTRATO.
GRUPO ECONÔMICO	Compõem o GRUPO ECONÔMICO da LICITANTE, da ADJUDICATÁRIA e/ou da CONCESSIONÁRIA as sociedades coligadas, controladas ou de simples participação, nos termos dos artigos 1.097 e seguintes do Código Civil, e do artigo 243 da Lei Federal nº 6.404/1976, bem como as empresas ou fundos de investimentos que possuam diretores, administradores, exceto conselheiros de administração, gestores ou acionistas (estes últimos com mais de 10% de participação) ou representantes legais comuns, bem como aquelas que dependem econômica ou

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Parcerias em Investimento
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 02/2026

Concessão de Obra no Complexo Turístico Ferroviário da Estrada de Ferro Campos do Jordão – EFCJ

		financeiramente de outra empresa ou fundo de investimento, além das empresas ou fundos de investimento sujeitos a uma mesma estrutura global, incluindo compartilhamento global de conhecimento, governança e política corporativa.
HABILITAÇÃO JURÍDICA		Documentação necessária à comprovação de habilitação jurídica para contratação com o PODER CONCEDENTE.
HOMOLOGAÇÃO		Ato do PODER CONCEDENTE que valida a regularidade da LICITAÇÃO, encerrando a CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL.
HORÁRIO MÁXIMO		Horário fixado como limite para a entrega dos ENVELOPES, previsto no item H – CRONOGRAMA do EDITAL, juntamente com a data de entrega dos ENVELOPES. Após o HORÁRIO MÁXIMO não serão recebidos nenhum ENVELOPE.
IBGE		Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
ICMS		Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação.
INDICADORES DE DESEMPENHO	DE	Conjunto de parâmetros medidores da qualidade dos SERVIÇOS prestados pela CONCESSIONÁRIA, utilizados para determinar o IQS, conforme detalhado na Cláusula 22 do CONTRATO e em seu ANEXO VI.
INFRAESTRUTURA EXISTENTE		Toda a infraestrutura disponibilizada pelo PODER CONCEDENTE à CONCESSIONÁRIA, por meio da assinatura do TERMO DE ENTREGA DA INFRAESTRUTURA EXISTENTE, contida na ÁREA DA CONCESSÃO, constante do ANEXO I do CONTRATO, tais como o PRAC, bem como territórios, vias, estações, edificações, instalações, sistemas, MATERIAL RODANTE, equipamentos, máquinas, componentes e sobressalentes, que serão utilizados, juntamente com os EMPREENDIMENTOS e os PACOTES DE INVESTIMENTOS, para a exploração da ÁREA DA CONCESSÃO e para a prestação dos SERVIÇOS.
INFRAESTRUTURA INCORPORADA		Infraestrutura, distinta dos EMPREENDIMENTOS e dos PACOTES DE INVESTIMENTOS, que resulte de obras na ÁREA DA CONCESSÃO, realizadas pelo PODER CONCEDENTE ao longo do PRAZO DA CONCESSÃO, direta ou indiretamente, ou, ainda, por TERCEIROS INTERESSADOS, que viabilizem a expansão ou a melhoria da operação da ÁREA DA CONCESSÃO ou da prestação dos SERVIÇOS, ou, ainda, gerem benefícios aos USUÁRIOS, nos termos da Cláusula 35 do CONTRATO.
INGRESSOS		Documento que garante ao USUÁRIO, minimamente, os direitos

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Parcerias em Investimento
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 02/2026

Concessão de Obra no Complexo Turístico Ferroviário da Estrada de Ferro Campos do Jordão – EFCJ

	previstos no item 4.1, “i”, do ANEXO XIV, sendo necessário para validação do acesso do USUÁRIO ao respectivo SERVIÇO DE PASSEIO TURÍSTICO, em conformidade com o disposto no CONTRATO e no seu ANEXO XIV.
INMETRO	Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia.
INSS	Instituto Nacional da Seguridade Social.
INSTITUIÇÃO FINANCEIRA	Qualquer instituição autorizada pelo Banco Central do Brasil ou órgão análogo, quando se tratar de instituição estrangeira, que tenha como atividade principal ou acessória a coleta, intermediação ou aplicação de recursos financeiros próprios ou de terceiros, em moeda nacional ou estrangeira, bem como a custódia de valor de propriedade de terceiros.
INTERFERÊNCIAS	Instalações aéreas, superficiais ou subterrâneas, de utilidades públicas ou privadas, bem como de infraestrutura urbana ou rural, que possam vir a interferir ou sofrer interferência, direta ou indireta, com as atividades a cargo da CONCESSIONÁRIA.
INVENTÁRIO	Relação dos BENS REVERSÍVEIS, a ser mantida e atualizada pela CONCESSIONÁRIA durante o PRAZO DA CONCESSÃO, a ser composto pelos documentos indicados na Cláusula 13.1 do CONTRATO.
INVESTIMENTO CONTINGENTE	Os investimentos especificados na Cláusula 33.12 do CONTRATO, cuja inclusão em CONTRATO configura EVENTO DE DESEQUILÍBRIO.
INCC	Índice Nacional da Construção Civil, calculado pela FGV.
IPCA	Índice de Preços ao Consumidor Amplo, calculado pelo IBGE.
IPTU	Imposto Predial e Territorial Urbano, tributo de competência municipal incidente sobre a propriedade de imóvel em área urbana.
IQS	Indicador de Qualidade dos Serviços, que consiste em parâmetro de avaliação da qualidade dos SERVIÇOS prestados pela CONCESSIONÁRIA, determinado conforme previsto no ANEXO VI do CONTRATO.
ISSQN ou ISS	Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, tributo de competência municipal previsto na Lei Complementar nº 116/2003.
LEI DAS CONCESSÕES	Lei Federal nº 8.987/1995, e respectivas alterações e regulamentação.
LEI DAS SOCIEDADES ANÔNIMAS	Lei Federal nº 6.404/1976, e respectivas alterações e regulamentação.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Parcerias em Investimento
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 02/2026

Concessão de Obra no Complexo Turístico Ferroviário da Estrada de Ferro Campos do Jordão – EFCJ

LEI DE LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS	Lei Federal nº 14.133/2021, e respectivas alterações e regulamentação.
LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO	Lei Federal nº 12.527/2011, e respectivas alterações e regulamentação.
LEI DE PROTEÇÃO E DEFESA DOS USUÁRIOS	Lei Federal nº 13.460/2017, e respectivas alterações e regulamentação.
LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS	Lei Federal nº 13.709/2018, e respectivas alterações e regulamentação.
LICENÇAS AMBIENTAIS	São as licenças ambientais necessárias para a execução do objeto do CONTRATO, conforme disciplinado na Cláusula 49 do CONTRATO e em seu ANEXO II.A, que devem ser obtidas pela CONCESSIONÁRIA, ainda que através do requerimento de licenciamento ambiental conjunto com terceiros, ou que sejam transferidas pelo PODER CONCEDENTE.
LICITAÇÃO CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL ou	Procedimento administrativo consubstanciado na CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº 02/2026, promovida pelo PODER CONCEDENTE, para seleção da CONCESSIONÁRIA que executará o objeto da CONCESSÃO.
LICITANTE	Sociedade brasileira ou estrangeira, fundo de investimento e/ou entidade que, isoladamente ou reunida em consórcio, participe da LICITAÇÃO.
LICITANTE VENCEDORA	LICITANTE declarada vencedora da LICITAÇÃO, por ter apresentado a PROPOSTA melhor classificada e atendido a todas as condições do EDITAL, à qual foi adjudicado o objeto da LICITAÇÃO.
LOA	Lei Orçamentária Anual.
MATERIAL RODANTE	Trens utilizados na prestação dos SERVIÇOS DE PASSEIO TURÍSTICO, observadas as previsões do ANEXO II.C.
MULTIPLICADORES DA CONCESSIONÁRIA	Pessoas indicadas pela CONCESSIONÁRIA, vinculadas a ela e/ou ao OPERADOR SUBCONTRATADO, que, nos termos do CONTRATO e da Parte II do ANEXO III: (i) serão capacitadas, com os treinamentos e a transferência do conhecimento do PODER CONCEDENTE a respeito das atividades de operação e de manutenção relacionadas aos SERVIÇOS DE PASSEIO TURÍSTICO; e (ii) serão responsáveis pela capacitação do restante do quadro de pessoal técnico da CONCESSIONÁRIA e/ou do OPERADOR SUBCONTRATADO, a ser mobilizado para esse fim.
MUNICÍPIOS	Os municípios de Campos do Jordão, Pindamonhangaba e Santo

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Parcerias em Investimento
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 02/2026

Concessão de Obra no Complexo Turístico Ferroviário da Estrada de Ferro Campos do Jordão – EFCJ

	Antônio do Pinhal, nos quais se localiza a ÁREA DA CONCESSÃO.
NEGÓCIOS PÚBLICOS	Potenciais ativos ou fontes de geração de receitas adicionais, identificados pelo PODER CONCEDENTE ou pela CONCESSIONÁRIA, que possam ser explorados por meio de quaisquer arranjos jurídicos compatíveis com a legislação pertinente, incluindo estruturas contratuais ou societárias e ferramentas de direito societário e/ou de mercado de capitais, cuja proposição compreenda a participação conjunta entre a CONCESSIONÁRIA e o PODER CONCEDENTE, e que preveja regras claras sobre a forma de atuação e as responsabilidades dos atores público e privado, além do compartilhamento dos riscos envolvidos e das receitas estimadas, observados os requisitos previstos no ANEXO XII do CONTRATO.
NTN-B	Notas do Tesouro Nacional – Série B, título público com rentabilidade vinculada à variação do IPCA, acrescida de juros definidos no momento da compra.
ÔNUS DE FISCALIZAÇÃO	Valor correspondente a 0,5% (meio por cento) da RECEITA BRUTA mensal auferida pela CONCESSIONÁRIA, a ser pago na forma da Cláusula 45.1 do CONTRATO e do seu ANEXO XI, à AGÊNCIA REGULADORA ou a órgão ou entidade da ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA do ESTADO DE SÃO PAULO que, por força da lei ou de decisão do PODER CONCEDENTE, exerça atividades de fiscalização no CONTRATO.
OPERAÇÃO COMERCIAL	Atividade de operação dos SERVIÇO DE PASSEIO TURÍSTICO, a ser prestada na forma do PLANO DE IMPLANTAÇÃO E OPERAÇÃO, durante a FASE DE OPERAÇÃO COMERCIAL, em conformidade com o CONTRATO e os seus ANEXOS.
OPERADOR SUBCONTRATADO	Empresa contratada pela CONCESSIONÁRIA, detentora da atestação técnica exigida no Item 17.5, (v), do EDITAL, para exercer a supervisão técnica da prestação dos SERVIÇOS DE PASSEIO TURÍSTICO, ou mesmo a própria prestação dos referidos serviços, sem prejuízo da responsabilidade integral da CONCESSIONÁRIA pela prestação dos SERVIÇOS DE PASSEIO TURÍSTICO, nos termos da Cláusula 41.2 do CONTRATO e seguintes, e na forma do art. 25, § 1º, da LEI DAS CONCESSÕES.
OPERADORA DE DADOS PESSOAIS	Pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, que realiza o TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS em nome do CONTROLADOR DE DADOS PESSOAIS.
OUTORGA FIXA	Valor ofertado na PROPOSTA DE PREÇO apresentada pelas

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Parcerias em Investimento
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 02/2026

Concessão de Obra no Complexo Turístico Ferroviário da Estrada de Ferro Campos do Jordão – EFCJ

	LICITANTES durante a LICITAÇÃO, o qual será pago pela ADJUDICATÁRIA ao PODER CONCEDENTE como condição de assinatura do CONTRATO, em conta bancária a ser por este indicada, conforme o regramento estabelecido no EDITAL.
OUTORGA VARIÁVEL	Valor a ser pago pela CONCESSIONÁRIA, na forma prevista na Cláusula 20.1.2 do CONTRATO e do seu ANEXO XI.B, cujo cálculo poderá variar de acordo com a RECEITA BRUTA auferida pela CONCESSIONÁRIA e o seu desempenho no cumprimento dos INDICADORES DE DESEMPENHO, nos termos das Cláusulas 20 e 22 do CONTRATO, bem como dos seus ANEXOS VI e XI.
PACOTES DE INVESTIMENTOS	Eventos previstos no ANEXO XI.A do CONTRATO que materializam o dever de pagamento da parcela correspondente a título de RECURSOS DA RECOMPOSIÇÃO, nos termos previstos no CONTRATO e no seu ANEXO XI. Os PACOTES DE INVESTIMENTOS incluem os EMPREENDIMENTOS e demais eventos de pagamento previstos no ANEXO XI.A do CONTRATO.
PARTES	PODER CONCEDENTE e CONCESSIONÁRIA.
PARTES RELACIONADAS	Qualquer pessoa física ou jurídica que integre o GRUPO ECONÔMICO da CONCESSIONÁRIA, bem como aquelas assim consideradas pelas normas contábeis vigentes.
PARTICIPANTE CREDENCIADA	Sociedade corretora habilitada pelo Banco Central do Brasil (BCB) e pela CVM, devidamente autorizada a operar na B3, e que poderá ser contratada pela(s) LICITANTE(S), a critério destas, para representá-la(s) em todos os atos relacionados à LICITAÇÃO junto à B3, conforme o ANEXO II do EDITAL.
PASSIVO AMBIENTAL	Significa o conjunto de não conformidades ambientais na ÁREA DA CONCESSÃO, em relação à legislação ou ao licenciamento ambiental a que estão sujeitas.
PEMC	Política Estadual de Mudanças Climáticas, instituída pela Lei nº 13.798, de 09/11/2009.
PLANO COMERCIAL DE RECEITAS ACESSÓRIAS	Documento a ser elaborado pela CONCESSIONÁRIA e apresentado no prazo fixado na Cláusula 7.1 do CONTRATO, no qual a CONCESSIONÁRIA apresentará os projetos para a exploração de todas as RECEITAS ACESSÓRIAS vislumbradas, nos termos da Cláusula 18 do CONTRATO e de seu ANEXO XII.
PLANO DE AQUISIÇÃO DE MATERIAL RODANTE	Documento integrante do PLANO DE IMPLANTAÇÃO E OPERAÇÃO, a ser elaborado pela CONCESSIONÁRIA e apresentado no prazo fixado na Cláusula 7.1 do CONTRATO, no qual a CONCESSIONÁRIA indicará as especificações técnicas e o

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Parcerias em Investimento
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 02/2026

Concessão de Obra no Complexo Turístico Ferroviário da Estrada de Ferro Campos do Jordão – EFCJ

	cronograma detalhado de aquisição de MATERIAL RODANTE, contemplando todas as etapas de projeto, fabricação, testes e disponibilidade para operação, em conformidade com o ANEXO II.C.
PLANO DE COMUNICAÇÃO, DIVULGAÇÃO E EDUCAÇÃO AMBIENTAL DO PRAC	Documento a ser elaborado pela CONCESSIONÁRIA e apresentado no prazo fixado na Cláusula 7.1 do CONTRATO, no qual a CONCESSIONÁRIA apresentará propostas em relação ao PRAC sobre os temas de educação ambiental, interpretação ambiental, pesquisa e engajamento, de forma compatível com o ANEXO II.B do CONTRATO.
PLANO DE DESAPROPRIAÇÃO	Documento a ser elaborado pela CONCESSIONÁRIA e apresentado no prazo fixado na Cláusula 7.1 do CONTRATO, em conformidade com o disposto no CONTRATO e no Apenso 5 do seu ANEXO II.A.
PLANO DE GESTÃO AMBIENTAL	Documento a ser elaborado pela CONCESSIONÁRIA e apresentado no prazo fixado na Cláusula 7.1 do CONTRATO, com o conteúdo mínimo previstos no Apenso 6 do ANEXO II.A do CONTRATO, incluindo os planos e programas estabelecidos no referido Apenso.
PLANO DE GESTÃO E OPERAÇÃO DO PRAC	Documento a ser elaborado pela CONCESSIONÁRIA e apresentado no prazo fixado na Cláusula 7.1 do CONTRATO, no qual a CONCESSIONÁRIA apresentará propostas em relação à gestão, operação e manutenção do PRAC, de forma compatível com o ANEXO II.B do CONTRATO.
PLANO DE INTERVENÇÕES DO PRAC	Documento a ser elaborado pela CONCESSIONÁRIA e apresentado no prazo fixado na Cláusula 7.1 do CONTRATO, no qual a CONCESSIONÁRIA deverá descrever: (i) os EMPREENDIMENTOS a serem realizados no PRAC; e (ii) quando serão executados os EMPREENDIMENTOS e PACOTES DE INVESTIMENTOS relacionados ao PRAC, em consonância com a Cláusula 7.1 do CONTRATO e com o seu ANEXO II.B.
PLANO DE DESMOBILIZAÇÃO	Documento a ser elaborado pela CONCESSIONÁRIA e apresentado no prazo fixado na Cláusula 7.1 do CONTRATO, no qual a CONCESSIONÁRIA descreverá o processo de desmobilização da ÁREA DA CONCESSÃO e dos SERVIÇOS, ao final da CONCESSÃO, atendendo ao conteúdo mínimo estabelecido no CONTRATO, com o objetivo de viabilizar a reversão dos BENS REVERSÍVEIS e garantir a contínua e adequada prestação dos SERVIÇOS e operação da ÁREA DA CONCESSÃO.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Parcerias em Investimento
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 02/2026

Concessão de Obra no Complexo Turístico Ferroviário da Estrada de Ferro Campos do Jordão – EFCJ

PLANO DE IMPLANTAÇÃO E OPERAÇÃO	Documento a ser elaborado pela CONCESSIONÁRIA e apresentado no prazo fixado na Cláusula 7.1 do CONTRATO, no qual a CONCESSIONÁRIA deverá descrever os SERVIÇOS DE PASSEIO TURÍSTICO e os EMPREENDIMENTOS que pretende prestar e realizar na CONCESSÃO, bem como indicar quando os SERVIÇOS DE PASSEIO TURÍSTICO começarão a ser prestados e quando serão executados os EMPREENDIMENTOS e PACOTES DE INVESTIMENTOS relacionados aos referidos serviços, observadas as exigências previstas na Cláusula 7.1 do CONTRATO e no ANEXO II.C.
PLANO DE MANUTENÇÃO	Documento a ser elaborado pela CONCESSIONÁRIA e apresentado no prazo fixado na Cláusula 7.1 do CONTRATO, no qual a CONCESSIONÁRIA deverá disciplinar os regramentos e procedimentos aplicáveis à manutenção dos BENS REVERSÍVEIS, com exceção daqueles relacionados ao PRAC, devendo conter o conteúdo mínimo previsto no ANEXO II.C.
PLANO DE SEGUROS	Documento a ser elaborado pela CONCESSIONÁRIA e apresentado no prazo fixado na Cláusula 7.1 do CONTRATO, no qual a CONCESSIONÁRIA deverá descrever todos os seguros a serem por ela obtidos e mantidos para a prestação dos SERVIÇOS e a operação da ÁREA DA CONCESSÃO, contemplando, no mínimo, os seguros obrigatórios exigidos na Cláusula 50 do CONTRATO.
PLANO DE TRANSFERÊNCIA OPERACIONAL	Documento a ser elaborado pela CONCESSIONÁRIA e submetido no prazo fixado na Cláusula 7.1 do CONTRATO, no qual a CONCESSIONÁRIA deverá apresentar registro escrito das ações que pretende desenvolver durante sua atuação para a transição operacional, conforme as especificações da Parte II do ANEXO III do CONTRATO.
PLANOS	Conjuntamente, os seguintes planos a serem apresentados pela CONCESSIONÁRIA, juntamente com os respectivos planos e programas que os compõem: (i) PLANO DE IMPLANTAÇÃO E OPERAÇÃO; (ii) PLANO DE MANUTENÇÃO; (iii) PLANO DE TRANSFERÊNCIA OPERACIONAL; (iv) PLANO COMERCIAL DE RECEITAS ACESSÓRIAS; (v) PLANO DE GESTÃO AMBIENTAL; (vi) PLANO DE DESAPROPRIAÇÃO; (vii) PLANO DE GESTÃO E OPERAÇÃO DO PRAC; (viii) PLANO DE INTERVENÇÕES DO PRAC; (ix) PLANO DE COMUNICAÇÃO, DIVULGAÇÃO E EDUCAÇÃO AMBIENTAL DO PRAC; (x) PLANO DE SEGUROS; e (xi) PLANO DE DESMOBILIZAÇÃO.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Parcerias em Investimento
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 02/2026

Concessão de Obra no Complexo Turístico Ferroviário da Estrada de Ferro Campos do Jordão – EFCJ

PLATAFORMA DE LEILÕES DA B3	Portal eletrônico da B3 para a submissão dos ENVELOPES, caso a LICITANTE opte por essa modalidade.
PODER CONCEDENTE	O ESTADO DE SÃO PAULO, representado pela SPI.
POLÍTICA DE VIAGEM	Política de viagem relativa aos SERVIÇOS DE PASSEIO TURÍSTICO, a ser apresentada pela CONCESSIONÁRIA e homologada pela AGÊNCIA REGULADORA, com detalhamento dos direitos e deveres específicos dos USUÁRIOS dos SERVIÇOS DE PASSEIO TURÍSTICO, nos termos previstos no item 4 do ANEXO XIV.
POLÍTICA DE TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS	Documento a ser elaborado e aprovado pelos órgãos de administração da CONCESSIONÁRIA, publicado e implantado no prazo e forma fixada na Cláusula 38 do CONTRATO, que deverá conter as regras e condições para a realização de transações entre a CONCESSIONÁRIA e suas PARTES RELACIONADAS.
PPI-SP	Programa de Parcerias em Investimentos do Estado de São Paulo.
PRAC	Parque Reino das Águas Claras, bem de propriedade da EFCJ, que integra o objeto e a ÁREA DA CONCESSÃO.
PRAZO DA CONCESSÃO	O prazo de 24 (vinte e quatro) anos, contados a partir da DATA DE EFICÁCIA, que poderá ser prorrogado, nos termos previstos no CONTRATO.
PROFISSIONAL QUALIFICADO	Pessoa física ou jurídica que cumpra os requisitos previstos no EDITAL relativos à QUALIFICAÇÃO TÉCNICA para contratação com o PODER CONCEDENTE.
PROGRAMA DE CONFORMIDADE (COMPLIANCE) DE	Documento a ser elaborado pela CONCESSIONÁRIA e, após avaliação e aprovação por parte da AGÊNCIA REGULADORA, implementado pela CONCESSIONÁRIA, no prazo referido na Cláusula 40.1 do CONTRATO, contemplando mecanismos e procedimentos internos, com regras de integridade, auditoria e incentivo à denúncia de irregularidades, aplicação efetiva de códigos de ética e de conduta, políticas e diretrizes, com o objetivo de detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, nos termos descritos na Cláusula 40 do CONTRATO.
PROGRAMA DE EXECUÇÃO	Documento integrante do PLANO IMPLANTAÇÃO E OPERAÇÃO, a ser elaborado pela CONCESSIONÁRIA, que deverá conter o CRONOGRAMA DE IMPLANTAÇÃO e os CRONOGRAMAS FÍSICOS-EXECUTIVOS dos EMPREENDIMENTOS relativos aos SERVIÇOS DE PASSEIO TURÍSTICO, além de descrição detalhada das atividades relacionadas às ações e à programação da execução de cada um dos referidos EMPREENDIMENTOS, observado o disposto no

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Parcerias em Investimento
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 02/2026

Concessão de Obra no Complexo Turístico Ferroviário da Estrada de Ferro Campos do Jordão – EFCJ

	CONTRATO e no ANEXO II.C, incluindo informações sobre as atividades e procedimentos técnico-administrativos e de segurança, bem como a previsão de liberação de áreas para a desapropriação, de forma compatível com o PLANO DE DESAPROPRIAÇÃO, observados os termos do CONTRATO e do seu ANEXO II.C.
PROGRAMA DE PRIVACIDADE DE DADOS	Programa a ser apresentado pela CONCESSIONÁRIA, que tratará do TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS e deverá ter o conteúdo mínimo descrito na Cláusula 47.3.1 do CONTRATO.
PROJETO BÁSICO	Documento que corresponde a um conjunto de elementos que, sem limitar ou afastar os demais riscos alocados à CONCESSIONÁRIA, permitem a caracterização da obra, do serviço ou do complexo de obras e serviços que compõem cada EMPREENDIMENTO, de tal modo que suas características básicas e desempenho almejado estejam definidos, detalhando custos e prazos de execução. A elaboração, apresentação e aprovação dos PROJETOS BÁSICOS deverão observar a legislação pertinente e os termos dos ANEXOS II.B, II.C e IV do CONTRATO.
PROJETO EXECUTIVO	Documento que corresponde ao conjunto dos elementos tidos como necessários e suficientes à execução completa de cada EMPREENDIMENTO. A elaboração, apresentação e aprovação dos PROJETOS EXECUTIVOS deverão observar a legislação pertinente e os termos dos ANEXOS II.B, II.C e IV do CONTRATO.
PROPOSTA ou PROPOSTAS	Conjunto de documentos entregues pela LICITANTE para participação na LICITAÇÃO.
PROPOSTA DE PREÇO	Proposta na qual foi proposto o valor da OUTORGA FIXA, conforme o regramento constante do EDITAL.
QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA	Documentação necessária à comprovação de habilitação econômico-financeira para contratação com o PODER CONCEDENTE, nos termos do EDITAL.
QUALIFICAÇÃO TÉCNICA	Documentação necessária à comprovação de habilitação técnica para contratação com o PODER CONCEDENTE.
RECEITA BRUTA	Somatório das seguintes receitas auferidas pela CONCESSIONÁRIA, previamente à incidência de quaisquer tributos: (i) a receita proveniente da prestação dos SERVIÇOS DE PASSEIO TURÍSTICO, correspondente aos INGRESSOS, bem como aos eventuais valores cobrados pela CONCESSIONÁRIA pela prestação de SERVIÇOS ADICIONAIS DE CONFORTO E LAZER, no âmbito dos SERVIÇOS DE PASSEIO TURÍSTICO, nos termos do

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Parcerias em Investimento
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 02/2026

Concessão de Obra no Complexo Turístico Ferroviário da Estrada de Ferro Campos do Jordão – EFCJ

		item 4.1, inciso “ii”, do ANEXO XIV; e (ii) as RECEITAS ACESSÓRIAS. Não integram a RECEITA BRUTA os RECURSOS DA RECOMPOSIÇÃO.
RECEITAS ACESSÓRIAS		Receitas auferidas direta ou indiretamente pela CONCESSIONÁRIA, por meio da exploração ou execução de serviços acessórios, alternativos ou complementares ao objeto principal da CONCESSÃO, nos termos do ANEXO XII do CONTRATO. As RECEITAS ACESSÓRIAS não incluem as receitas provenientes: (i) da cobrança dos INGRESSOS; (ii) da prestação dos SERVIÇOS ADICIONAIS DE CONFORTO E LAZER no âmbito dos SERVIÇOS DE PASSEIO TURÍSTICO, nos termos do item 4.1, inciso “ii”, do ANEXO XIV; e (iii) da exploração de NEGÓCIOS PÚBLICOS.
RECURSOS RECOMPOSIÇÃO	DA	Montante a ser disponibilizado à CONCESSIONÁRIA para auxílio ao custeio dos PACOTES DE INVESTIMENTOS, conforme disposto no CONTRATO e no seu ANEXO XI. Os RECURSOS DA RECOMPOSIÇÃO serão disponibilizados à CONCESSIONÁRIA em parcelas, em função da execução dos PACOTES DE INVESTIMENTOS, nos termos do CONTRATO e do seu ANEXO XI.
REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA		Atributo decorrente da apresentação e aceitação da documentação necessária à comprovação de habilitação fiscal e trabalhista para contratação com o PODER CONCEDENTE.
RELATÓRIO INFRAESTRUTURA EXISTENTE	DA	Significa o relatório, a ser elaborado pelo AUDITOR INDEPENDENTE, sujeito à aprovação pela AGÊNCIA REGULADORA, nos termos do procedimento descrito na Parte I do ANEXO III do CONTRATO, que deverá apontar o efetivo estado de conservação dos BENS REVERSÍVEIS e os quantitativos dos ativos que compõem a INFRAESTRUTURA EXISTENTE, conforme indicado nos ANEXO I do CONTRATO, frente a seu estado real, bem como os PASSIVOS AMBIENTAIS identificados na ÁREA DA CONCESSÃO e na infraestrutura arrolada no ANEXO I do CONTRATO, desde que tais PASSIVOS AMBIENTAIS não tenham sido indicados no ANEXO IV do CONTRATO.
REPRESENTANTE CREDENCIADO		Pessoas físicas autorizadas a representar os LICITANTES em todos os documentos e atos relacionados à LICITAÇÃO.
RESPONSÁVEL TÉCNICO		Pessoa física indicada pela CONCESSIONÁRIA, como CONDIÇÃO DE EFICÁCIA, com vínculo direto ou indireto com a CONCESSIONÁRIA, com poderes para representá-la perante a fiscalização da AGÊNCIA REGULADORA.
REVISÃO		Revisão do CONTRATO, realizada a pedido da CONCESSIONÁRIA

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Parcerias em Investimento
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 02/2026

Concessão de Obra no Complexo Turístico Ferroviário da Estrada de Ferro Campos do Jordão – EFCJ

EXTRAORDINÁRIA	ou por ato de ofício da AGÊNCIA REGULADORA, a fim de ajustar o CONTRATO em face da materialização concreta ou iminente de evento cujas consequências sejam suficientemente gravosas a ponto de ensejar a necessidade de avaliação e providências urgentes, nos termos da Cláusula 32 do CONTRATO.
REVISÃO ORDINÁRIA	Revisão do CONTRATO, realizada quinquenalmente, a partir da assinatura do TERMO DE ENTREGA DA INFRAESTRUTURA EXISTENTE, nos termos da Cláusula 31 do CONTRATO.
SERVIÇO ADEQUADO	Prestação dos SERVIÇOS que satisfaz as condições de regularidade, continuidade, eficiência, efetividade, segurança, atualidade, generalidade, transparência e cortesia na sua prestação, dentro dos melhores parâmetros de qualidade, valendo-se de todos os meios e recursos para sua execução, observando os padrões e procedimentos estabelecidos no CONTRATO, aqueles determinados pelo PODER CONCEDENTE e pela AGÊNCIA REGULADORA, bem como os termos da legislação e regulamentação vigentes, especialmente o artigo 6º da LEI DAS CONCESSÕES, o artigo 4º da Lei Federal nº 13.460/2017 e o artigo 17 da Lei Estadual nº 7.835/1992.
SERVIÇOS DO PRAC	Conjuntamente, os serviços de exploração, manutenção e conservação do PRAC.
SERVIÇOS ADICIONAIS DE CONFORTO E LAZER	Serviços que poderão ser prestados pela CONCESSIONÁRIA aos USUÁRIOS dos SERVIÇOS DE PASSEIO TURÍSTICO, incluindo, mas não se limitando a reserva de assentos, <i>transfer</i> das estações a outras localidades, serviço de bordo, venda de alimentação e bebidas, guias de turismo, atrações e experiências turísticas extras, vagões ou trens “premium”, dentre outros.
SERVIÇOS DE PASSEIO TURÍSTICO	Serviços de caráter turístico a serem prestados pela CONCESSIONÁRIA ao longo da FERROVIA, na forma do PLANO DE IMPLANTAÇÃO E OPERAÇÃO e em conformidade com as previsões e requisitos mínimos constantes do CONTRATO e dos seus ANEXOS, especialmente os ANEXOS II.C e XIV.
SERVIÇO TURÍSTICO MÉDIO	Serviço turístico a ser operado nos termos do item 1.1.3 do ANEXO II.C, observadas as demais exigências previstas no referido ANEXO.
SERVIÇO TURÍSTICO PARADOR CURTO	Serviço turístico a ser operado nos termos do item 1.1.2 do ANEXO II.C, observadas as demais exigências previstas no referido ANEXO.
SERVIÇO TURÍSTICO	Serviço turístico a ser operado nos termos do item 1.1.1 do

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Parcerias em Investimento
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 02/2026

Concessão de Obra no Complexo Turístico Ferroviário da Estrada de Ferro Campos do Jordão – EFCJ

EXPRESSO	ANEXO II.C, observadas as demais exigências previstas no referido ANEXO.
SERVIÇOS	A totalidade dos serviços a serem prestados pela CONCESSIONÁRIA para execução do objeto do CONTRATO, incluindo os SERVIÇOS DO PRAC e os SERVIÇOS DE PASSEIO TURÍSTICO.
SESSÃO PÚBLICA	Sessão pública presencial para a prática dos atos pertinentes à LICITAÇÃO, conforme disciplinado no EDITAL.
SGA	Sistema de Gestão Ambiental.
SOLICITAÇÃO DE TRANSFERÊNCIA DE CONTROLE	Solicitação feita pela CONCESSIONÁRIA, sujeita à prévia anuência pela AGÊNCIA REGULADORA, para a TRANSFERÊNCIA DE CONTROLE direto da CONCESSIONÁRIA, na situação em que tal anuência for necessária, nos termos da Cláusula 39 do CONTRATO, observados os termos previstos no ACORDO TRIPARTITE, caso este seja assinado.
SPE OU SOCIEDADE DE PROPÓSITO ESPECÍFICO	Sociedade anônima, constituída em conformidade da lei brasileira, com a finalidade específica de explorar a ÁREA DA CONCESSÃO e prestar os SERVIÇOS objeto da CONCESSÃO.
SPI	Secretaria de Estado de Parcerias em Investimentos
STM	Secretaria de Estado dos Transportes Metropolitanos.
SUBCONTRATADO	Terceiro contratado à conta e risco da CONCESSIONÁRIA para execução de atividades e serviços afetos à CONCESSÃO.
SUCESSORA	Futura operadora(s) da CONCESSÃO, que venha a suceder a CONCESSIONÁRIA, observadas as previsões legais e contratuais pertinentes.
SUSEP	Superintendência de Seguros Privados.
TAXA DE DESCONTO	Taxa calculada nos termos da Cláusula 29.5.2.2 do CONTRATO, utilizada para descontar valores constantes de um fluxo de caixa.
TAXA SELIC	Taxa básica de juros da economia brasileira, definida pelo Comitê de Política Monetária - Copom do Banco Central do Brasil.
TERCEIRO INTERESSADO	Terceiro interessado: (i) na expansão ou melhoria dos SERVIÇOS, na melhoria da operação da ÁREA DA CONCESSÃO ou em gerar benefícios aos USUÁRIOS, que pretenda executar obras na ÁREA DA CONCESSÃO, das quais resultará uma INFRAESTRUTURA INCORPORADA, conforme regrado na Cláusula 35 do CONTRATO; (ii) no compartilhamento da infraestrutura da FERROVIA e de seus recursos operacionais, conforme regrado na Cláusula 36 do CONTRATO; ou (iii) na conexão de trechos à FERROVIA, conforme regrado na Cláusula 37 do CONTRATO.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Parcerias em Investimento
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 02/2026

Concessão de Obra no Complexo Turístico Ferroviário da Estrada de Ferro Campos do Jordão – EFCJ

TERMO DE ENTREGA DA INFRAESTRUTURA EXISTENTE	Documento a ser assinado pela AGÊNCIA REGULADORA e pela CONCESSIONÁRIA na data de emissão da versão final do RELATÓRIO DA INFRAESTRUTURA EXISTENTE.
TERMO DE FISCALIZAÇÃO	Documento a ser emitido pela AGÊNCIA REGULADORA, que deverá conter os registros das ocorrências apuradas nas fiscalizações realizadas nos SERVIÇOS prestados pela CONCESSIONÁRIA e na operação da ÁREA DA CONCESSÃO, para a regularização das inadimplências, faltas ou defeitos verificados, sem prejuízo da imediata aplicação do resultado da fiscalização, para os efeitos previstos no CONTRATO, especialmente para fins de mensuração dos INDICADORES DE DESEMPENHO e para fins de instauração de processo administrativo sancionatório.
TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO DA INFRAESTRUTURA INCORPORADA	Documento que deverá ser emitido pela AGÊNCIA REGULADORA ao final da vistoria conjunta referida na Cláusula 35.16 do CONTRATO caso: (i) não tenham sido identificadas inconsistências ou falhas na INFRAESTRUTURA INCORPORADA, nos termos da Cláusula 35.16.5.1 do CONTRATO; ou (ii) em sendo identificadas inconsistências ou falhas na INFRAESTRUTURA INCORPORADA, estas tenham sido integralmente sanadas, conforme disposto na Cláusula 35.18 do CONTRATO.
TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO DA INFRAESTRUTURA INCORPORADA	Documento que deverá ser emitido pela AGÊNCIA REGULADORA ao final da vistoria conjunta referida na Cláusula 35.16 do CONTRATO, caso sejam identificadas inconsistências ou falhas na INFRAESTRUTURA INCORPORADA que não comprometam a segurança operacional e a qualidade dos SERVIÇOS ou da exploração da ÁREA DA CONCESSÃO, nos termos da Cláusula 35.16.5.2 do CONTRATO, e que não se qualifiquem como itens impeditivos à operação.
TERMO DEFINITIVO DE DEVOLUÇÃO	Documento a ser assinado pela AGÊNCIA REGULADORA e pela CONCESSIONÁRIA, em até 2 (dois) meses contados do fim do PRAZO DA CONCESSÃO, desde que sejam cumpridas todas as condições determinadas no TERMO PROVISÓRIO DE DEVOLUÇÃO, inclusive o adimplemento das eventuais indenizações, nos termos da Cláusula 67 do CONTRATO.
TERMO PROVISÓRIO DE DEVOLUÇÃO	Documento a ser emitido com 18 (dezoito) meses de antecedência em relação ao fim do PRAZO DA CONCESSÃO, nos termos da Cláusula 67 do CONTRATO, que deverá conter a situação dos BENS REVERSÍVEIS e a eventual necessidade de correções ou substituições, sob responsabilidade da CONCESSIONÁRIA, bem como a previsão de treinamento de

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Parcerias em Investimento
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 02/2026

Concessão de Obra no Complexo Turístico Ferroviário da Estrada de Ferro Campos do Jordão – EFCJ

	<p>peçoal indicado pelo PODER CONCEDENTE e/ou da SUCESSORA, não cabendo qualquer tipo de ressarcimento à CONCESSIONÁRIA.</p>
TERMOS DE PERMISSÃO DE USO DE INTERESSE PÚBLICO	<p>Termos de permissão de uso atualmente vigentes, celebrados pela EFCJ, que poderão ser objeto de sub-rogação por parte da CONCESSIONÁRIA, na forma do item 4 da parte II do ANEXO III do CONTRATO.</p>
TITULAR DE DADOS PESSOAIS	<p>Pessoa natural identificada ou identificável que seja titular de DADOS PESSOAIS.</p>
TRANSFERÊNCIA DE CONTROLE	<p>Qualquer alteração de composição societária, alteração de acordo de acionistas ou qualquer outra operação que, na forma da legislação vigente, implique a modificação do CONTROLE da CONCESSIONÁRIA, observado o disposto na Lei Federal nº 6.404/76, observados os termos da Cláusula 39 do CONTRATO.</p>
TRATAMENTO OU TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS	<p>Toda operação realizada com DADOS PESSOAIS, como as que se referem à coleta, produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transmissão, distribuição, processamento, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação ou controle da informação, modificação, comunicação, transferência, difusão ou extração.</p>
TRIBUNAL ARBITRAL	<p>Colegiado arbitral institucional, a ser designado nos termos da Cláusula 71 do CONTRATO, para solução das controvérsias sujeitas à arbitragem.</p>
USUÁRIO	<p>Pessoa natural beneficiária dos SERVIÇOS e demais atividades prestadas pela CONCESSIONÁRIA na ÁREA DA CONCESSÃO.</p>
VALOR ESTIMADO DO CONTRATO	<p>Valor estimado do CONTRATO, equivalente ao somatório dos investimentos a cargo da CONCESSIONÁRIA, conforme previsto na Cláusula 6 do CONTRATO.</p>
VERIFICADOR INDEPENDENTE	<p>Empresa ou consórcio de empresas a ser contratada(o) pela CONCESSIONÁRIA, no prazo fixado no ANEXO X, para atuar como avaliador independente dos INDICADORES DE DESEMPENHO, nos termos da Cláusula 22 do CONTRATO e de seu ANEXO X, sem prejuízo das competências da AGÊNCIA REGULADORA.</p>
VIA PERMANENTE	<p>Sistema de sustentação e guiagem do tráfego de veículos ferroviários, constituído de componentes e instalações distribuídos em dois subsistemas, a saber: (i) infraestrutura (aterros, cortes, provisões de contenção de taludes, obras de arte e drenagem); e (ii) superestrutura (trilhos, desvios, dormentes, acessórios de fixação, dispositivos amortecedores,</p>

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Parcerias em Investimento
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 02/2026

Concessão de Obra no Complexo Turístico Ferroviário da Estrada de Ferro Campos do Jordão – EFCJ

	lastro e sub lastro).
VÍCIO OCULTO	Vício, defeito ou inconformidade na INFRAESTRUTURA EXISTENTE que atenda aos requisitos descritos na Cláusula 24.1.24 do CONTRATO.
VISITA TÉCNICA	Visita disponível durante a LICITAÇÃO, nos termos do EDITAL, com o objetivo de possibilitar aos interessados a obtenção de informações e subsídios técnicos que julgarem convenientes para a elaboração da sua PROPOSTA COMERCIAL.
VPL	Valor Presente Líquido.